

**Varejo** São R\$ 50,1 bi em dívidas da recuperação judicial e R\$ 21,7 bi em lançamentos fraudulentos

# Americanas admite fraude e acusa sete ex-diretores em dia de depoimento na CPI

Adriana Mattos, Raphael Di Couto e Marcelo Ribeiro  
De São Paulo e Brasília

Cinco meses após vir à tona a crise na Americanas, e o anunciado rombo bilionário em suas contas, o comando da varejista admitiu, pela primeira vez, que houve fraude contábil na empresa, e não apenas "inconsistências", como inicialmente dizia, segundo fato relevante publicado nesta terça-feira. Além disso, menciona a existência de uma prática de adulteração das demonstrações financeiras, criando contratos fictícios de verbas de propaganda da indústria por anos — informação que, até então, não havia sido comunicada pela rede.

A empresa ainda acusou sete membros da ex-diretoria, dois bancos (Itaú e Santander), e as suas duas últimas auditorias (KPMG e PwC) de agir em forma fraudulenta, em diferentes momentos nos últimos anos, segundo depoimento do CEO do grupo na CPI das Americanas, em Brasília.

A intenção seria melhorar os números da varejista, dentro de um esquema que envolvia as verbas de propaganda cooperada e operações de risco sacado. No fato relevante, são citados como participantes da fraude o ex-CEO Miguel Gutierrez, os ex-diretores Ana Christina Ramos Saicelli, José Tiomotho de Barros e Márcio Cruz, e os ex-executivos Fábio Abrate, Flávia Carneiro e Marcelo Nunes.

Procurados pelo Valor, Gutierrez, Saicelli e Barros não comentaram. Os demais diretores não foram localizados até o fechamento desta edição.

No total, são R\$ 50,1 bilhões como dívida do processo de recuperação judicial, segundo atualização de maio, e R\$ 21,7 bilhões em lançamentos fraudulentos, que não são dívidas financeiras.

Aos parlamentares na CPI a varejista sinalizou existir um suposto conluio entre os ex-diretores que levou a lançamentos artificiais nos balanços por anos, de R\$ 21,7 bilhões, segundo saldo de 30 de setembro de 2022. Os números estão em relatório de assessores jurídicos da rede, parte dele publicado no fato relevante.

Na interpretação de fontes do mercado, ao melhorar os balanços, a intenção seria aumentar a distribuição de dividendos e bônus aos executivos. Foram pagos R\$ 700 milhões em dividendos e salários à diretoria anterior em dez anos.

Nem o conselho, nem os acionistas de referência da Americanas — o trio Beto Scuppira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles — são citados no fato relevante. O documento foi publicado após reunião do conselho, na segunda-feira, que incluiu membros representantes do trio e independentes.

"Os documentos que tenho hoje não mostram nem envolvimento de conselho nem de acionistas", disse à CPI Leonardo Coelho Pereira, CEO da Americanas desde fevereiro, ao ser questionado sobre a participação do trio por deputados. Os ex-diretores foram afastados e depois, demitidos ou deixaram a rede. Os acionistas do grupo receberam em torno de R\$ 750 milhões em dividendos em dez anos, próximos dos ganhos dos ex-diretores.

Segundo o fato relevante, dados preliminares de relatório de assessores jurídicos da empresa (advoca-

gados contratados pela Americanas) demonstram esforços da diretoria anterior para ocultar do conselho e do mercado a real situação da empresa. A rede afirma que "foram identificados diversos contratos de verba de propaganda cooperada e instrumentos similares" para aumentar artificialmente os resultados operacionais.

Esses lançamentos, que somam os R\$ 21,7 bilhões, são divididos em duas partes. A maior, de R\$ 17,7 bilhões são valores em acordos de bonificação pagos pela indústria à rede, caso ela atinja determinada meta de venda. A ex-diretoria teria criado contratos "frios", que não existiam.

Como se trata de verbas, isso reduz a conta de custos de compra de mercadorias, e o valor a pagar a fornecedores, logo, aumenta lucro e margem bruta.

Os outros R\$ 4 bilhões tiveram como contrapartidas lançamentos contábeis "em outras contas do ativo" da companhia, que não detalha mais sobre o tema. Os dados são preliminares e não auditados.

Além disso, a Americanas afirma que, para gerar caixa, a diretoria contratou operações de risco sacado. O assunto já foi publicado pela empresa quando divulgou o rombo em suas contas, em janeiro.

"Pede-se criar lucro com planilhas, mas não caixa", disse Coelho à CPI. O risco sacado, então era usado para gerar caixa, e as verbas de propaganda, para gerar lucro fictício.

As operações de risco sacado levaram à entrada de R\$ 18 bilhões, mas, como isso geraria um endividamento muito grande, criou-se um mecanismo com verba de propaganda para diminuir essa conta.

Segundo o CEO, a Americanas pagou R\$ 1,7 bilhão em impostos em 2022 dos quais "boa parte sobre um lucro inexistente" e que, para os observadores externos, a empresa parecia forte, com grande geração de caixa. "É uma fraude complexa, não é fraude simples".

As investigações envolveram a soma de R\$ 18,4 bilhões nessas transações de risco sacado nos últimos anos, em números preliminares e não auditados, e outros R\$ 2,2 bilhões em operações de financiamento de capital.

Na audiência pública, Coelho divulgou troca de mensagens em celulares e e-mails entre os ex-diretores feitas com o intuito de alinhar as práticas fraudulentas. Afirma que, nas investigações internas, foram localizadas planilhas de balanço com "visão interna", com dados financeiros mais negativos, e outro com a "visão conselho", com números mais positivos para serem apresentados ao colégio (ver na imagem acima). Estes últimos dados foram, efetivamente, divulgados ao mercado.

As diferenças seriam reflexo da adulteração feita pelos ex-diretores. Em 2021, um prejuízo antes juros, impostos, amortização e depreciação de R\$ 733 milhões virou um lucro de R\$ 288 milhões.

O CEO ainda mostrou mensagens de WhatsApp dos ex-diretores, de março de 2017, em que o então diretor financeiro, José Tiomotho Barros, fala na necessidade de mostrar um índice de endividamento abaixo de 3,1 vezes ao mercado, e que seria preciso usar "todas as alavancas" para isso, porque se ficasse entre 3,3 vezes e 3,5 vezes, seria "morte súbita". As alavancas seriam ações para reduzir o endividamento, por meio da melhoria do caixa, o que seria obtido por operações de risco sacado.



Leonardo Coelho Pereira prestou depoimento ontem e responsabilizou também bancos e auditorias por rombo

## Dois balanços

Documentos mostram existência de demonstração de resultados diferentes para diretoria e conselho (fac símile)

Pro Forma	VISÃO INTERNA sem/Arrecadação			VISÃO CONSELHO		
	2021	2022	Cresc.	2021	2022	Cresc.
GMV Total	55.275	73.469	32,9%	55.275	73.469	32,9%
GMV FÍSICO	13.080	18.404	40,7%	13.080	18.404	40,7%
GMV DIGITAL	42.195	55.065	30,5%	42.195	55.065	30,5%
GMV DIGITAL SP	19.107	22.274	16,6%	19.107	22.274	16,6%
GMV PARCEIROS	23.088	32.791	42,0%	23.088	32.791	42,0%
RECEITA BRUTA	32.187	40.678	26,4%	32.187	40.678	26,4%
% ROB/ROL	119,6%	119,0%	-0,5p.p.	119,6%	119,0%	-0,5p.p.
RECEITA LÍQUIDA	26.916	34.172	27,0%	26.916	34.172	27,0%
MARGEM BRUTA	6.019	9.243	53,6%	6.192	10.768	31,4%
% RL	22,4%	27,0%	4,7p.p.	30,4%	31,5%	1,1p.p.
DESPESAS	(6.752)	(7.161)	6,1%	(5.307)	(6.739)	27,0%
% GMV	-12,2%	-9,7%	2,5p.p.	-9,6%	-9,2%	0,4p.p.
DESPESAS S/ VENDAS	(4.381)	(4.486)	2,4%	(3.107)	(4.288)	38,0%
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(2.371)	(2.675)	12,8%	(2.200)	(2.451)	11,4%
EBITDA	(733)	2.082	384,3%	2.885	4.029	39,6%
% RL	-2,7%	6,1%	8,8p.p.	10,7%	11,8%	1,1p.p.
DEPRECIAÇÃO	(1.823)	(1.941)	6,4%	(1.823)	(1.941)	6,4%
RESULTADO OPERACIONAL	(2.556)	141	-105,5%	1.062	2.088	96,6%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(1.099)	(1.943)	76,9%	(1.099)	(1.873)	70,5%
EQUIVALÊNCIAS	0	-	-	0	-	-
RNO/CONTING/PL	(197)	(151)	-23,2%	(197)	(151)	-23,2%
IR E CS	1.885	739	-60,8%	655	77	-88,2%
LUCRO LÍQUIDO	(1.966)	(1.214)	-38,2%	421	140	-67,8%
% RL	-7,3%	-3,6%	3,8p.p.	1,6%	0,4%	-1,2p.p.

Foto: Amazon

vancas seriam ações para reduzir o endividamento, por meio da melhoria do caixa, o que seria obtido por operações de risco sacado.

O executivo ainda apresentou trocas de informações entre a companhia e a KPMG e a PwC, a sua atual auditoria.

Em e-mail entre o auditor da Americanas e a empresa, o funcionário da PwC envia, em maio de 2016, uma nova "sugestão de texto" sobre como a rede pode informar em balanço a não existência de risco sacado. O auditor pede, inclusive um "ok" da diretoria da Americanas. Apesar da citação, Coelho diz que essa investigação "ainda precisa de contexto".

Sobre a KPMG, a varejista diz que a auditoria fez alterações no seu próprio parecer, mudando o tom de uma análise mais crítica de aspectos dos balanços de 2016 e 2017. O que eram "deficiências significativas", viraram recomendações "que merecem atenção", relativas a operações de "swap", por exemplo.

## CEO atual da rede divulgou troca de mensagens em celulares e e-mails entre os ex-diretores para práticas fraudulentas

Procuradas ontem, PwC e KPMG declararam que não podem se manifestar sobre o caso, por cláusulas de sigilo e regras da profissão.

Coelho também mostrou trocas de e-mails apontando que Itaú e Santander alteraram as cartas de circularização, passando a omitir informações sobre o risco sacado.

O Itaú informou, em nota, que as cartas de circularização são instrumento de apoio à auditoria, e até 2017 traziam o saldo integral das operações de risco sacado.

Após 2018, a carta foi restringida

para refletir só operações contratadas diretamente pela Americanas, com a exclusão do saldo das operações de antecipação contratadas por fornecedores.

"Como medida de transparência, foi adicionado o parágrafo que alertava para a realização de operações de antecipação de recebíveis emitidos contra a Americanas, permitindo que as empresas de auditoria conhecessem sua existência e questionassem sobre seu saldo, caso necessário."

E acrescenta: "É leviano atribuir a terceiros a responsabilidade pela fraude, confessada pela companhia ao mercado."

O Santander, também citado na apresentação à CPI, afirmou em nota, que a própria empresa mencionou que a diretoria anterior ocultou do mercado a real situação de resultado e patrimônio da companhia. (Colaboração Talita Moreira e Juliana Schincariol, do Rio)

Ver mais nas páginas B5 e B6

## Patrimônio fica negativo em ao menos R\$ 10,6 bi

Talita Moreira  
De São Paulo

A fraude na Americanas percorreu dois caminhos diferentes, como mostra o comunicado divulgado ontem pela varejista. As operações de risco sacado eram usadas para gerar caixa, enquanto contratos fictícios de publicidade com fornecedores ajudavam a empresa a fabricar lucros.

Usada de maneira fraudulenta, a chamada verba de propaganda cooperada (VPC), uma prática comum no mercado, inflou os resultados da empresa em R\$ 21,7 bilhões ao longo dos anos. Os juros não reconhecidos das operações de risco sacado, contabilizadas de forma indevida, criaram uma distorção de outros R\$ 3,6 bilhões. O risco sacado, portanto, não foi o único nem o maior instrumento.

O reconhecimento da fraude contábil pela Americanas teria um impacto negativo de R\$ 25,3 bilhões no resultado da companhia em 2022 e anos anteriores, levando o patrimônio líquido da varejista a ficar negativo em R\$ 10,6 bilhões. O exercício foi feito por Charles Putz, sócio-fundador da Verena Ventures e conselheiro de administração de empresas.

Sendo assim, a corrosão do PL já consumirá praticamente todo o aporte que os acionistas de referência — Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Scuppira — pretendem fazer na empresa, de até R\$ 12 bilhões. O plano para salvar a varejista, em negociação com os credores, inclui também a conversão de dívidas e a venda de ativos, o que pode aliviar a situação.

O buraco, no entanto, ainda tende a aumentar com as perdas que a varejista deve ter registrado no quarto trimestre de 2022 e no primeiro trimestre deste ano. Os prejuízos abatem o patrimônio. O mesmo vale para créditos fiscais que a Americanas tem no ativo. Putz diz que esses créditos teriam de ser baixados, já que só podem ser usados quando a empresa tem lucro, assim como ativos intangíveis decorrentes de aquisições em caso de operações deficitárias.

Além do efeito em resultado, a companhia terá de fazer reclassificações de itens no balanço patrimonial. De acordo com a Americanas, há R\$ 18,4 bilhões em operações de risco sacado e R\$ 2,2 bilhões em equívocos contábeis em contabilizações de forma indevida na conta de fornecedores, e não como dívida financeira. Na prática, esses valores serão realocados no balanço, mas estão dentro da dívida que já foi reconhecida pela Americanas.

Na visão de Putz, o relatório divulgado ontem faz uma espécie de "blindagem" do conselho de administração. Mas, de qualquer forma, o conselho considerado a real situação de resultado e patrimônio da companhia. (Colaboração Talita Moreira e Juliana Schincariol, do Rio)